



# **CORTES NO ORÇAMENTO APROFUNDAM SUGATEAMENTO DA EDUCAÇÃO**



Pela recomposição salarial emergencial, servidoras e servidores seguem em luta

Pág. 5

18º Encontro das Iees/Imes reúne docentes em Londrina-PR

Pág. 10

# Derrubar Bolsonaro nas ruas e nas urnas!

**A** gosto foi mais um mês marcado por luta e mobilização das servidoras e dos servidores públicos federais, do movimento docente e estudantil. Diante do descaso do governo e dos parlamentares com os serviços públicos tão essenciais para população brasileira, que amarga condições de vida cada vez mais precárias, seguimos em luta pela recomposição dos orçamentos e pela reposição salarial emergencial das nossas categorias.

Temos, nesse sentido, reforçado a deliberação da categoria docente de “derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas”, mantendo a construção de unidade e fortalecimento da pressão em Brasília e nos estados, conjuntamente com os servidores e as servidoras das demais entidades que compõe o Fonasefe. Em especial, reforçamos o chamado à luta diante de mais um ataque do governo que, ao sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023, vetou 36 dispositivos aprovados pelo

Congresso Nacional, entre eles, um impedia que os orçamentos de universidades e institutos federais sofressem novos cortes nos recursos destinados à educação superior em 2023.

Também nos estados e municípios têm sido muitos os enfrentamentos dos(as) trabalhadores(as) da educação das universidades estaduais e municipais. Por isso, entre os dias 19, 20 e 21 de agosto, professores e professoras dessas instituições participaram do 18º Encontro das Instituições Estaduais e Municipais (lees e lmes), realizado em Londrina (PR). Nesse importante encontro, foram debatidos temas como financiamento, condições de trabalho e autonomia e democracia. O encontro teve como tema “Financiamento, condições de trabalho docente e lutas nas lees/lmes: Quem roubou nossos direitos?”. Durante a atividade, os e as representantes das seções sindicais puderam apresentar os desafios de cada instituição.

No dia dos estudantes, 11 de agosto, estivemos nas ruas em mais de 50 cidades, em defesa da democracia, dos direitos sociais, pelo “Fora Bolsonaro e Mourão”, por eleições livres, contra a violência, o desemprego, a carestia e a fome. Em seguida, participamos do lançamento da campanha #RevogaJá, que organizou um ato na UnB, no dia 12 de agosto. A campanha visa reverter os ataques aos direitos trabalhistas e reúne entidades do meio jurídico, coletivos de pesquisa e sindicatos de categorias dos setores público e privado.

Não nos faltam motivos para lutar e para mobilizar a categoria docente no sentido de reivindicar seus direitos e, mais do que isso, com o compromisso de seguir lutando por uma vida digna para a classe trabalhadora brasileira. É por isso que, nós do ANDES-SN, não arrefecemos e seguimos mobilizando, pois “DERROTAR BOLSONARO NAS RUAS E NAS URNAS” é uma tarefa fundamental do ANDES-SN.



## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luis Andrade, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

# Campanha propõe **revogação da Reforma Trabalhista**

*Um ato na UnB marcou o lançamento, em Brasília, da campanha que visa reverter os ataques aos direitos trabalhistas*



**A** Campanha #RevogaJá - pela Revogação da Reforma Trabalhista - Nenhum trabalhador sem direitos, que reúne entidades do meio jurídico, além de coletivos de pesquisa e sindicatos de categorias dos setores público e privado, foi oficialmente lançada na capital federal no dia 12 de agosto, na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). O ANDES-SN esteve presente representado pelo 1º vice-presidente da Regional Planalto do Sindicato Nacional, Luís Augusto Vieira.

O lançamento nacional da campanha pela reversão dos ataques aos direitos da classe trabalhadora ocorreu em maio deste ano, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). De acordo com Luís Augusto, o evento em Brasília proporcionou um debate riquíssimo sobre os danos causados pela contrarreforma aprovada em 2017.

O diretor do Sindicato Nacional ressaltou que é importante lembrar que em 2017 também ocorreram fatos de grande relevância na luta da classe trabalhadora: uma greve geral histórica no Brasil e uma grande mobilização com o "Ocupa Brasília", que em maio daquele ano levou mais de 150 mil pessoas à Esplanada dos Ministérios.

Segundo Vieira, embora 2017 marque um movimento de inflexão na luta de classes, com uma curva descendente na realização de greves e grandes

mobilizações – situação também impactada pela pandemia de Covid-19 -, os trabalhadores e trabalhadoras ainda assim conseguiram vitórias. "Podemos citar como exemplo a PEC 32, que conseguimos engavetar, após intensa mobilização e pressão organizada pelas entidades representativas das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço público, entre as quais o ANDES-SN", afirmou.

"E, mesmo nesse refluxo das lutas e greves, a classe trabalhadora consegue pensar táticas e estratégias de organização e avançar em importantes conquistas. Isso sinaliza que esse movimento pode ser vitorioso naquilo que se propõe. Nesse sentido, o ANDES-SN se soma a essa luta como tem somado a tantas outras dos 41 anos de história desse sindicato", acrescentou o 1º vice-presidente da Regional Planalto do ANDES-SN.

## Carta de Brasília

Ao final do evento, foi elaborada uma carta com a síntese das reflexões levantadas durante os debates na capital federal. O documento aponta que "passados quase cinco anos da promulgação da Lei n. 13.467/2017, conhecida popularmente como "Reforma Trabalhista", o que pesquisadores, pesquisadoras, representantes das instituições públicas e lideranças sindicais apontaram durante a célere tramitação do projeto se confirmou: a fragilização dos direitos

sociais e trabalhistas em favor de medidas de flexibilização, incremento do poder patronal e balcanização das formas de contratação do trabalho não trouxe a prometida oferta de empregos e, do contrário, representou piora dos indicadores de precarização social do trabalho."

De acordo com a Carta, o Brasil se inseriu no contexto global de contrarreformas, de modo mais assertivo, a partir de 2017, com desdobramentos que persistem reformando a legislação protetiva do trabalho até hoje. "Inspirada em reformas trabalhistas como a espanhola, a opção do Estado brasileiro pelo esvaziamento de seu sistema de proteção social trabalhista, longe de trazer vantagens, nos coloca em um cenário de pauperização do trabalho, fragilização das entidades sindicais e das negociações coletivas, proliferação de formas de ocupação precárias ou informais", acrescenta.

O documento conclui destacando que "é preciso alargar o horizonte das lutas e das pautas em defesa do trabalho, não permitindo que a agenda neoliberal limite nossos sonhos, projetos e horizontes de luta! Revogar, no mínimo! E avançar em defesa do trabalho decente, com jornadas reduzidas, proteção ao emprego, combate ao racismo e às desigualdades, fortalecimento dos sujeitos coletivos. Conclamos à luta e convidamos todos os atores sociais em Brasília à composição de um comitê local da Campanha Revoga já!". [Leia a íntegra aqui.](#)

# Em defesa da democracia, milhares de brasileiros ocupam as ruas do país



FOTO: ANDRÉ LUIS | IMPRENSA ANDES-SN

No dia 11 de agosto, milhares de pessoas ocuparam as ruas em mais de 50 cidades do Brasil, em defesa da democracia, dos direitos sociais, pelo “Fora Bolsonaro e Mourão”, por eleições livres, contra a violência, o desemprego, a carestia e a fome. Os atos aconteceram após uma série de novos ataques do presidente Jair Bolsonaro ao sistema eleitoral e às urnas eletrônicas.

Para a data, o ANDES-SN conclamou a presença de docentes e endossou, em unidade com diversas entidades sindicais, movimentos estudantis, sociais e populares, a luta contra o autoritarismo que segue ameaçando os direitos básicos da população. A secretária-geral do ANDES-SN, Regina Ávila, destacou a importância da unidade para derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas. “A atual diretoria deliberou a participação em todas as manifestações em unidade que apontassem pelo Fora Bolsonaro, em defesa da democracia, liberdade, soberania e contra o viés fascista e autoritário do governo”, disse Regina.

Além disso, a secretária-geral também ressaltou que o sistema eleitoral está sendo usado, pelo governo Bolsonaro, como uma das principais ferramentas de ataque à democracia. “É contra o sistema que se concentram as tentativas golpistas, as ameaças e as acusações de fraude. Esse

elemento está sendo utilizado pré-eleições e pode ser utilizado durante as eleições e pós-eleições também”, apontou.

Para Regina, os atos de 11 de agosto, construídos em unidade, provaram que a sociedade sabe da confiabilidade e segurança do sistema eleitoral brasileiro e que o defende. “Para nós, do ANDES-SN, foi e é fundamental continuar participando de todas as atividades que defendam o voto popular no Brasil”, finalizou.

## Em defesa do Estado Democrático de Direito

A data também ficou marcada pela leitura da Carta aos Brasileiros e às Brasileiras em defesa do Estado Democrático de Direito, assinada por mais de um milhão de pessoas. O documento, elaborado por representantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), alerta a sociedade sobre os riscos de ataque ao sistema eleitoral do Brasil, orquestrado pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Reforça que a consciência cívica das brasileiras e dos brasileiros é muito maior do que imaginam os adversários da democracia.

“Nossa consciência cívica é muito maior do que imaginam os adversários da democracia. Sabemos deixar de lado divergências menores em prol de algo muito maior, a defesa da ordem democrática”, aponta a Carta.

O manifesto foi lido no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP e, também, em diversas outras universidades pelo país. A escolha da data, 11 de agosto, remonta à criação dos cursos de Direito no Brasil e também à leitura de um manifesto contra a ditadura empresarial-militar, também organizado pela mesma Faculdade e apresentado em 1977.

## Luta Indígena

O mês de agosto também foi marcado pela luta indígena. A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, em 9 de agosto de 1994, o Dia Internacional dos Povos Indígenas. O objetivo é homenagear e reconhecer as tradições dos povos originários, promovendo a conscientização sobre a necessidade de inclusão, além de alertar sobre os direitos e reafirmar as garantias previstas na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

No Brasil, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou uma nota de repúdio contra as violências perpetuadas e contra a omissão do Estado, além de exigir a efetiva garantia de direitos no Brasil.

# Servidoras e servidores **seguem em luta** pela recomposição salarial emergencial



Foto: Lázaro Mendes | Imprensa ANDES-SN

Orçamentárias (LDO) de 2023. Entendemos que a reunião foi complicada e vamos manter a luta, reforçando a presença em Brasília, em unidade com o Fonasefe, e mostrando para toda a sociedade que o governo Bolsonaro se recusa a valorizar o funcionalismo e o serviço público", destacou.

A luta pela recomposição continuará até 2023, caso não seja aberta a mesa de negociações.

## Reserva de R\$ 10,5 bi

A reserva de R\$ 10,5 bi na LDO 2023 é 10% menor do que o valor anunciado no último mês de abril, e não é suficiente para garantir o reajuste reivindicado. A proposta sinalizada pelo Ministério da Economia também não detalha o formato do reajuste. Luiz Blume reforça que a indicação ainda não é uma vitória. "Não sabemos se o recurso é somente para as categorias de base, ou se para atender a todos. Além disso, o governo não assumiu os compromissos que garantiram o fim da greve do INSS e Ministério do Trabalho. Como vamos confiar?", finalizou.

Em campanha desde janeiro de 2022, as servidoras e os servidores já participaram de quatro reuniões com o governo federal. Sem avanços na abertura de mesa de negociações, Jair Bolsonaro se tornou o único presidente, em 20 anos, a não conceder reajuste ao funcionalismo federal durante o mandato. Algumas categorias estão desde 2017 sem reajuste e a defasagem já chega a 37%.

## Luta segue

Para fechar o mês, servidoras e servidores federais se mobilizaram durante a última semana de agosto e a primeira de setembro, para manter a pressão junto a parlamentares e contra a intransigência do governo. Além das tradicionais manifestações no aeroporto, em frente ao Anexo 2 da Câmara e panfletagem nos gabinetes, o Fonasefe também organizou um ato com aposentadas e aposentados e em defesa do serviço público, no Auditório Nereu Ramos, na da Câmara dos Deputados.

**A** campanha pela valorização do funcionalismo federal, em defesa dos serviços públicos e pela recomposição salarial de 19,99% continua. Durante todo o mês de agosto, o ANDES-SN, em conjunto com diversas entidades nacionais, manteve a pressão nas ruas, denunciando o descaso do governo de Jair Bolsonaro em negociar a pauta com as entidades representativas das categorias.

Na tarde de 1º de agosto, trabalhadoras e trabalhadores receberam as e os parlamentares que chegavam à capital federal, no saguão do Aeroporto de Brasília. Na terça-feira (2), durante a tarde, uma atividade organizada no Espaço do Servidor com objetivo de defender o serviço público de qualidade para todas e todos, reuniu dezenas de servidoras e servidores públicos federais.

Na manhã da quarta-feira, 3 de agosto, um ato no Plenário 12 da Câmara dos Deputados contou com participação de representantes do ANDES-SN e seções sindicais, junto com as demais entidades do Fonasefe e de deputadas e deputados. Depois, as servidoras e os servidores circularam pelas galerias da Câmara, distribuindo panfletos.

A Jornada de Lutas teve, ainda, um seminário sobre Conjuntura e Orçamento e uma Reunião Ampliada do Fonasefe, com participação de Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, e Antônio Augusto de Queiroz, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

## Reunião com o governo Federal

Na tarde da terça-feira, 23 de agosto, representantes das entidades ligadas ao Fonasefe participaram de uma reunião no Ministério da Economia, em Brasília, para discutir a pauta de recomposição salarial.

Para Luiz Blume, 3º secretário do ANDES-SN, a reunião foi improdutiva e os resultados não foram satisfatórios. Por isso, as mobilizações do Fonasefe se estendem para setembro, com o objetivo de garantir na Lei Orçamentária Anual (LOA), que ainda será votada, recursos suficientes para a recomposição dos salários de servidores e servidoras.

"É importante reforçar que a reunião com o governo foi desrespeitosa. Os representantes não indicaram índice algum e, poucas horas depois, anunciaram para a imprensa o valor de R\$ 10,5 bilhões para a folha de pagamento na Lei de Diretrizes

# Ifes sob ataque: cortes orçamentários colocam em risco funcionamento das instituições



FOTO: DAVY MILCO - ADIAS S/N

**A**o sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023, no dia 9 de agosto, o presidente da República Jair Bolsonaro (PL) vetou 36 dispositivos aprovados pelo Congresso Nacional, entre eles, um que blindava os orçamentos de universidades e institutos federais de sofrerem novos cortes nos recursos destinados à educação superior em 2023. A LDO fixa os parâmetros para elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023, que deve ser encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional até o fim deste mês.

O artigo vetado previa que os recursos destinados a cada instituição de ensino no próximo ano não poderiam ser menores que os orçados em 2022 e ainda deveriam ser corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, Bolsonaro também vetou o reajuste dos valores da merenda escolar e das bolsas de permanência para estudantes, com base no IPCA. Esses vetos agora serão analisados pelo Congresso Nacional, em data a ser definida.

Nos últimos anos, as universidades, institutos federais e cefets têm sofrido redução no orçamento, especialmente, após a promulgação da Emenda Constitucional (EC) 95/16, que impõe um teto de gastos, limitando as despesas da União à reposição da inflação por duas décadas. Sob o governo Bolsonaro, a execução financeira do Ministério da Educação (MEC), nos primeiros três anos de gestão, seguiu em declínio, segundo dados do Inesc. O ensino superior em geral, e as instituições de ensino em particular, tem sido atacado sistematicamente seja com ameaças à pesquisa e à ciência, seja com cortes de recursos. Há um projeto político para enfraquecimento dessas instituições.

Em 2021, o valor das despesas autorizadas para o MEC (R\$ 140,38 bilhões) foi cerca de R\$ 3 bilhões superior ao de 2020 (R\$ 137,07 bilhões). Entretanto, a execução financeira de 2021 foi de apenas R\$ 128,56 bilhões, menor que em 2020, R\$ 128,7 bilhões. Os dados foram apontados pelo Inesc, que publicou os valores obtidos no Portal Siga Brasil, do orçamento

federal, corrigidos pela inflação. De acordo com o Instituto, para recompor o orçamento do Ministério da Educação seria necessário, no mínimo, R\$ 196 bilhões em 2022.

Já a execução financeira dos recursos destinados para o Ensino Superior diminuiu quase R\$ 6 bilhões, conforme o Inesc, entre 2019 e 2021. No primeiro ano do governo Bolsonaro, o valor era de R\$ 40,65 bilhões. Já em 2021 foi de R\$ 34,82 bilhões.

De acordo com Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN, o desmonte da educação pública e o enfraquecimento das universidades públicas são um projeto deste governo. "Pensar num projeto de educação pública, gratuita e de qualidade exige fundamentalmente ter um orçamento público garantido para que a educação possa se concretizar como um direito fundamental da população. O ANDES-SN tem uma luta histórica em defesa de que os recursos públicos sejam destinados à educação pública. Vale lembrar que, mesmo com a diminuição do orçamento, nós disputamos orçamento com a educação

privada que suga os cofres públicos anualmente", alertou.

A redução do orçamento, ano após ano, em acordo com a baixa execução orçamentária e, em conjunto com os contingenciamentos, tem prejudicado o funcionamento das universidades, institutos federais e cefets.

No início de 2022, o MEC sofreu um corte de R\$ 736,3 milhões em seus recursos. Desse montante, R\$ 87,5 milhões foram retirados do apoio à consolidação, reestruturação e modernização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFE) e R\$ 74,3 milhões do fomento ao desenvolvimento e modernização dos sistemas de ensino de Educação Profissional e Tecnológica.

Em 27 de maio deste ano, o ministério comunicou às universidades federais um bloqueio de R\$ 3,23 bilhões no orçamento da pasta, o que resultaria em uma redução de 14,5% nas verbas de uso discricionário das universidades federais - que engloba funcionamento (água e luz), obras, contratação de serviços de terceirização de mão de obra e despesas com assistência estudantil.

O corte foi corrigido dias depois para 7,2%, após diversas manifestações de repúdio de entidades ligadas à Educação, entre elas o ANDES-SN. No ofício enviado às reitoras e aos reitores, o MEC informava a decisão de repassar esse bloqueio de forma linear a todos os seus órgãos vinculados, como a Capes, a Ebserh e o FNDE.

No final de julho, o Ministério da Economia aumentou o valor de bloqueio do Orçamento de 2022 em mais R\$ 2,1 bilhões e, com isso, o valor do contingenciamento total desde janeiro, é de R\$ 12,7 bilhões. Os ministérios da Saúde e da Educação foram os mais atingidos, com bloqueios de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente.

## Prejuízos

Após os sucessivos cortes, as gestões das universidades estão redefinindo o que seria prioridade absoluta. Com mais de 100 anos, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) está entre as instituições com problemas financeiros. A reitoria manifestou que, no mês de outubro, a universidade deverá dar os primeiros sinais de paralisação de atividades por falta de recursos financeiros para pagar os

contratos estabelecidos para o ano. A crise seria "consequência do bloqueio de 7,2% do Orçamento de 2022".

Segundo a Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças da UFRJ, em nota ao ANDES-SN, a situação orçamentária é cada vez mais grave, pois o "bloqueio foi convertido em corte".

"Estamos fazendo todos os esforços para que a universidade não pare. Inclusive, negociando com fornecedores de água e luz para postergar pagamentos, numa moratória preventiva. Nosso compromisso é seguir funcionando presencialmente, mas o risco de parar existe. Hoje, a nossa cobertura orçamentária somente está assegurada até o mês de setembro", afirmou a representação da UFRJ.

Já a Universidade Federal do Pará (UFPA) informou que o bloqueio de R\$ 14 milhões prejudica a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da assistência estudantil, na universidade. A reitoria emitiu uma nota criticando o bloqueio não só no orçamento discricionário das universidades federais, como também do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), de recursos que financiam a produção de conhecimento nas instituições de pesquisa.

Com os cortes sucessivos e a inflação dos últimos seis anos, o orçamento das universidades hoje equivale a apenas 10% dos recursos para investimento e 60% do custeio para manutenção, na comparação com o orçamento do ano de 2016, segundo a UFPA.

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) também se manifestou sobre os cortes orçamentários classificando como "uma situação muito difícil". Para o reitor, Josealdo Tonholo: "É lamentável a forma como a educação é tratada neste país!".

O reitor explicou que, se não for mantido o investimento em compra de equipamentos, a Ufal pode parar de funcionar. "Temos de manter nossa programação de investimento em TI porque, senão, a Universidade para. Isso é fato! Sem internet e sem sistemas funcionando, a Ufal para. Em relação ao restante das demandas, nós vamos ter de 'brigar' e tentar sensibilizar o governo para recuperar o montante que está sendo bloqueado. Não temos mais de onde tirar", disse o gestor.

A universidade afirmou que fará um "sobre-esforço" para manter os contratos continuados, que abarcam terceirizadas e terceirizados, bolsas estudantis e a manutenção da Universidade. Mesmo assim, com o risco do orçamento não ser suficiente para acabar o ano.

A Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (Proplan) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) emitiu um comunicado, também em junho, reiterando os esforços da atual gestão em não afetar o pagamento de auxílios estudantis, por entender a situação de vulnerabilidade das e dos estudantes, majorado, sobretudo, pelos efeitos da pandemia do Covid-19.

A Unilab afirma que quase todo o montante para investimento está bloqueado, chegando a R\$ 2.605.519,00. "Ratificamos o compromisso de irmos aos órgãos competentes justificar a necessidade do restante do desbloqueio para que possamos executar o que foi planejado este ano levando-se em conta a disponibilidade orçamentária que nos foi enviada no início do ano na LOA 2022", destacou a instituição em nota.

A situação orçamentária da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para o segundo semestre de 2022 tem preocupado a gestão da instituição. Mesmo com uma série de ajustes, a Universidade projeta um déficit orçamentário de R\$ 11 milhões até o final deste ano.

O reitor Marcus David mostrou, em uma audiência pública, a queda no orçamento discricionário da UFJF nos últimos dez anos. Em 2012, o montante total foi de R\$ 7.281.966.324,00. Já em 2022, o Governo Federal destinou apenas R\$ 4.829.000.898,00, sendo que os valores começaram a diminuir a partir de 2017. Os montantes foram corrigidos pela inflação.

"E apesar dessa diminuição, a instituição fez um esforço muito grande para se adequar, com sacrifícios da comunidade acadêmica, o que representou sérias medidas, como cortes de bolsas e demissão de trabalhadores terceirizados. Mesmo com esse sacrifício tão grande, nós ainda projetamos esse déficit", disse David.

A reitora do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Ruth Sales, participou de uma coletiva de imprensa, junto

a gestores da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Valter Santana (reitor) e Sérgio Ferreira (pró-reitor de Planejamento), para tratar do bloqueio do Governo Federal em relação ao orçamento das instituições para o ano de 2022.

No âmbito do IFS, houve um bloqueio no orçamento anual de R\$ 2,6 milhões de custeio e investimento, o que corresponde a 7,2% do total. A Lei de Orçamento Anual (LOA) deste ano, aprovada pelo Congresso Nacional, destinou ao IFS R\$ 36,2 milhões.

Segundo a gestora do IFS, a manobra do Governo Federal vai impactar diretamente nas verbas direcionadas aos programas de Assistência Estudantil, que custeiam bolsas e auxílios imprescindíveis para a manutenção do estudante na instituição. O percentual do bloqueio para esse fim foi de 13,35%. Ou seja, deixarão de ser investidos R\$ 713.663,00 dos R\$ 5,3 milhões destinados aos programas.

O outro impacto do bloqueio no IFS será no pagamento de contratos de serviços como energia, água, internet, limpeza, vigilância, entre outros, necessários para o pleno funcionamento da instituição. A redução orçamentária é de 6,95%, o que corresponde a R\$ 1,8 milhão (1.890.291,00) do total de R\$ 27,1 milhões (27.187.094,00) destinados ao IFS para custear essas despesas.

Por conta do agravamento da situação orçamentária decorrente do bloqueio e cortes de recursos do orçamento da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a instituição publicou normativa, em julho, que estabelece medidas de contenção de despesa de energia elétrica, por meio da determinação do desligamento dos equipamentos de ar-condicionado. Com a medida, ficou restrito o uso do ar-condicionado em todos os campi e unidades da universidade nos três turnos do dia, incluindo as unidades acadêmicas e administrativas. "Para minimizar os efeitos da falta de climatização, as janelas e portas das salas de aula, quando possível, deverão ser mantidas abertas", orientou a portaria.

A Portaria Nº 676/2022/GR indicou ainda o desligamento das lâmpadas após o término de aulas e redução do número de lâmpadas ligadas nos corredores das didáticas, ambientes de docentes e setores administrativos como medida de conscientização e

racionalização do consumo de energia. Na UFS o bloqueio foi de R\$ 3,7 milhões.

A Ufla tenta reverter os cortes de orçamento ocorridos em 2022, que já ocasionaram a demissão de 148 trabalhadores terceirizados e ações que afetam a qualidade e a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Outra necessidade é garantir que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2023) inclua a previsão de contratação de servidores técnico-administrativos.

Mário Mariano, 1º vice-presidente da Regional Leste e da coordenação do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN, explica que

a realidade das instituições federais é bastante grave, com muitas já apontando que estão com dificuldade para fechar os seus pagamentos até o final de 2022.

"É uma situação bem crítica que as instituições têm vivenciado, com cortes acumulados de vários anos, e que agora se intensificam com esses últimos ataques promovidos pelo governo federal. As seções sindicais do ANDES-SN têm relatado a atual situação das universidades, institutos e cefets que é péssima e muito preocupante", afirma.

De acordo com Mariano, após a pandemia a pressão por mais serviços





Foto: Divulgação/ADPRMAT

públicos aumentou e o corte nos recursos prejudica ainda mais o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. "Muitos projetos de extensão, por exemplo, são serviços fundamentais na saúde e educação e os recursos estão sendo cortados", disse o diretor do Sindicato Nacional, que citou ainda o caso das intervenções nas instituições federais que impactam nas condições de trabalho docente.

Para a presidenta do ANDES-SN, a retirada de recursos da Educação

além de promover um processo de precarização do trabalho, do ensino, pesquisa e da extensão, também se alia as tentativas de privatização apresentando a educação privada como de melhor qualidade que a pública. "Toda essa política traz enormes prejuízos para o projeto de educação, defendido pelo ANDES-SN, que inclui a classe trabalhadora, que garanta a permanência das e dos estudantes e que se baseie no tripé ensino, pesquisa e extensão com qualidade e condições

dignas de trabalho para docentes e técnicos", ressalta.

Rivânia também destaca a atuação da categoria em resposta aos ataques postos. "É um contexto extremamente desafiador para o movimento sindical, em especial da Educação. Sofremos com o retorno presencial sem as condições adequadas de trabalho e com o ensino remoto porque bancamos as nossas condições de trabalho e tivemos uma sobrecarga de trabalho e de ataques, em um processo de adoecimento muito intenso", contou.

## ANDES-SN na luta por orçamento

O ANDES-SN tem construído a unidade com as entidades ligadas à Educação e intensificado as mobilizações durante a gestão Bolsonaro em decorrência dos diversos ataques às instituições, docentes e educação pública em geral. Seja nos atos de rua ou na realização de campanhas, como "Defender a Educação Pública, essa é a nossa escolha para o Brasil", o Sindicato Nacional tem atuado para dialogar com a população e derrotar os ataques que são crescentes na atual conjuntura.

"Para além do orçamento, temos sido atacados na nossa condição de ensinar e de aprender, e questionados na profissão com uma série de questões que envolvem esse processo de degradação da educação pública que é um projeto do governo de extrema-direita", aponta Rivânia.

Como resposta, o ANDES-SN tem organizado diversas mobilizações como a Jornada de Lutas, em 2021, com protestos em frente ao MEC, ao Ministério da Economia e no Congresso Nacional, pressionando contra os cortes no orçamento da Educação e as intervenções. "Fizemos dois seminários contra as intervenções fizemos uma mobilização dentro do Congresso Nacional para aprovar a PEC 96 de 2019 que é importante porque garante o orçamento para educação sem contingenciamento e sem cortes o que foi fruto da nossa mobilização e foi aprovado na CCJ na comissão de cidadania e justiça da câmara federal e vai para plenário. Além dos atos nacionais em Brasília, mas também nas nossas universidades denunciando os cortes. Tudo isso é fruto

da nossa luta e organização", acrescentou a presidenta do ANDES-SN.

Ela também lembrou a importância da luta por orçamento nas universidades estaduais e municipais, que sofrem com os cortes que têm atingido as condições de trabalho, salários, planos de cargos e carreira e a realização de concurso. "Estamos também com a Campanha 'Universidades Estaduais e Municipais, Quem conhece, defende!' que faz parte desse processo em decorrência do ajuste fiscal e do endividamento dos estados e com a diminuição de orçamento para educação. Essa retirada de recursos da Educação não é só em âmbito federal, ela se expressa também nos diversos estados com um verdadeiro massacre à educação pública", reforçou.

# 18º Encontro das Instituições Estaduais e Municipais reúne docentes em Londrina/PR



FOTO: GUILHERME BERNARDI - SINDIPRO/ADUEL

Cerca de 60 docentes, entre representantes das seções sindicais, da diretoria do ANDES-SN e convidadas e convidados, participaram do 18º Encontro das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes), realizado na Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Paraná. O evento ocorreu nos dias 19, 20 e 21 de agosto e teve como tema “Financiamento, condições de trabalho docente e lutas nas Iees/Imes: Quem roubou nossos direitos?”. O último encontro presencial do Setor ocorreu em 2019, na Universidade de Gurupi (Unirg), em Tocantins.

A mesa de abertura contou com a presença de Milton Pinheiro, 1º vice-presidente do ANDES-SN; Gilberto Calil, presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Adunioeste - Seção Sindical do ANDES-SN) e também diretor da Regional Sul do Sindicato Nacional; Osmar Santos, presidente da Seção Sindical dos Docentes Universitários de Paranaguá (Sindunespar SSind.) e representante do Comando Sindical Docente (CSD); e Ronaldo Gaspar, presidente da Seção Sindical dos Docentes da UEL, Uenp e Unespar - Campus Apucarana (Sindipro/Aduel SSind.).

Logo após a abertura, Sâmbara Ribeiro, 1ª vice-presidenta da Regional Nordeste I do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Iees/Imes, e Gisvaldo Oliveira, 1º secretário da Regional NE I, coordenaram o painel das seções sindicais, que contou com a participação de 21 representantes. Cada docente falou sobre as situações enfrentadas em suas universidades, estados e municípios.

As professoras e os professores relataram que nos últimos dois anos, em decorrência da pandemia da Covid-19, os governos aprofundaram os ataques à carreira e dos salários, e com a aprovação de projetos de contrarreformas da Previdência. Ao mesmo tempo, governos e instituições de ensino não garantiram as condições mínimas - como internet e equipamentos - para possibilitar o Ensino Remoto Emergencial (ERE), o que ocasionou impactos nocivos na saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores da Educação.

## Debates

No sábado (20), pela manhã, ocorreu a mesa “Financiamento e Contrarreforma da Previdência, nos estados e municípios”, com a presença de Emerson Duarte, da

Universidade do Estado do Pará (Uepa), e Sara Granemann, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Duarte apresentou a pesquisa sobre o financiamento das instituições de ensino superior estaduais e municipais públicas, realizada pelo ANDES-SN e coordenada por ele. Já Sara Granemann, apresentou o resultado da pesquisa sobre a contrarreforma da Previdência no Brasil, também realizada pelo ANDES-SN, e coordenada pela professora.

No período da tarde, as e os docentes acompanharam a mesa “Trabalho e adoecimento docente”, com Amanda Silva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e com Elizabeth Barbosa, 1ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN e da coordenação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA).

Amanda apresentou uma pesquisa realizada com o corpo docente da Uerj sobre as condições de trabalho e adoecimento no período da pandemia. Para a maioria, houve aumento de sua carga horária de trabalho em relação aos períodos anteriores à pandemia. Já Elizabeth trouxe o resultado das pesquisas que o GTSSA tem feito sobre adoecimento docente nos últimos anos.

Após as mesas, as e os docentes se reuniram em grupos de trabalho e debateram propostas relativas aos eixos: Financiamento; Condições de Trabalho; e Autonomia e Democracia. Depois, as e os participantes se deslocaram para a sede do Sindipro/Aduel SSind., localizada no centro de Londrina, para uma noite cultural.

No terceiro e último dia do encontro, na parte da manhã, a diretoria do ANDES-SN apresentou as propostas dos grupos que foram encaminhadas para futuras discussões e deliberações. Também foram aprovadas duas moções, uma sobre a Amazônia e outra em repúdio ao Tribunal de Contas do Paraná (TCE/PR), que multou individualmente conselheiros da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) por uma decisão colegiada daquela instância.

## Encaminhamentos

O 18º Encontro das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior encaminhou lutar pelo financiamento pleno das universidades para que estados e municípios assegurem crescimento, ampliação e desenvolvimento das funções próprias das universidades, ampliando o debate sobre legislação específica, sobre subvinculação, a garantia de repasse dos duodécimos e de autonomia de gestão financeira.

Sobre as condições de trabalho, apontou manter a luta por uma legislação específica, nos estados e municípios, que garanta condições dignas e seguras de trabalho, bem como o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Além disso, apontaram que seja realizada uma campanha nacional contra os fundos de previdência complementares, indicando aos e às docentes a não aderirem a esses fundos, assim como indicaram a necessidade fortalecer a luta pela revogação das contrarreformas da Previdência nos estados aprovados.

Continuar a luta pela autonomia de gestão financeira e pedagógica também foi um dos encaminhamentos, assim como que as seções sindicais pautem esse tema nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. E, ainda, a elaboração de cartas para as candidatas e candidatos que concorrem aos governos nos Estados e no Distrito Federal e para deputadas e deputados estaduais, para que esses se comprometam com o repasse de recursos necessários para as universidades.

“O Encontro teve uma participação muito qualificada pelas palestras proferidas e intervenções das e dos presentes. No primeiro dia, o painel das seções sindicais, onde foi exposto os problemas enfrentados em cada instituição trouxe a semelhança dos ataques por parte dos governos dos estados às universidades estaduais, bem como das prefeituras no

caso das municipais. E, ao mesmo tempo, demonstraram as lutas desenvolvidas seguindo as deliberações do ANDES-SN. As pesquisas do ANDES-SN sobre financiamento das Iees/Imes e contrarreformas da Previdência também revelam a forma orquestrada como os diversos gestores desmontam a estrutura de tais instituições e os direitos das e dos docentes. A discussão nos grupos trouxe muitas propostas com estratégias para orientar a construção de um novo plano de lutas para avançar na mobilização com o fim de barrar todos os ataques”, avaliou Sâmbara Ribeiro, diretora do Sindicato Nacional.

Luiz Henrique Blume, também da coordenação do Setor das Iees/Imes, avaliou positivamente o encontro, que atraiu novas e novos docentes. “Cerca de 70% das professoras e dos professores são novos, vieram pela primeira vez em uma atividade do ANDES-SN. Percebemos também um aumento na participação da categoria nos eventos do sindicato. Avaliamos que o local para sediar o evento foi uma ótima escolha, porque temos sete universidades estaduais públicas no Paraná e seis seções sindicais [naquele estado] que participaram do encontro. Assim como nos últimos congressos e conads, o número de participantes nas atividades só cresce, o que indica que o ANDES-SN está no caminho de consolidar e aumentar a participação das sinalizadas e dos sindicalizados”, avaliou.



**29 de agosto**

# Dia nacional da Visibilidade Lésbica

